

## V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais

### Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada

Painel: *Lições do passado : os territórios rurais e o seu contexto histórico*, 23-24 Outubro de 2003, Bragança

#### **Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema\***

Paula Godinho, [p.godinho@fcsb.unl.pt](mailto:p.godinho@fcsb.unl.pt)  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa  
Av. Berna, 26 C 1069-061 LISBOA  
Portugal  
Tel: 00351217933519, ext. 255 ou 370

A zona fronteiriça localizada entre o concelho de Chaves e os concelhos galegos de Verin e Oimbra vive, na actualidade, uma situação surpreendente: ao mesmo tempo que desapareceram, com a integração na União Europeia, as anteriores barreiras à circulação de pessoas e bens, existe a percepção de que a fronteira, longe de se desvanecer foi enfatizada. Desaparecidos os ritos de soleira na passagem da alfândega, o tráfico de pessoas e de mercadorias entre Portugal e Espanha assumiu novas formas. As relações fronteiriças das populações rurais pautaram-se, num tempo longo, por proximidades, convivência e conflitos, bem como por um conjunto de estratégias que utilizavam a maleabilidade da linha delimitadora dos estados<sup>1</sup>. As novas condições locais nas povoações da raia não propiciam a reprodução da rede social anterior, nem o estreitamento de relações daí resultante.

---

\* Esta investigação beneficiou de uma bolsa de licença sabática concedida pela FCT ao longo de três meses, em 2003. Como se trata de uma abordagem longitudinal, o primeiro contacto com este terreno ocorreu em 1987, tendo permanecido então dois anos no contexto raiano da Terra Fria transmontana, com uma bolsa concedida pela JNICT. Agradeço ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa as condições que me foram criadas para esta pesquisa, bem como a forma como Lourenzo Fernández Prieto e Xose-Manoel Nuñez Seixas me acolheram no Departamento de História Contemporânea e de América da Universidade de Santiago de Compostela. A António Monteiro Cardoso devo a revisão do texto, várias discussões e um conjunto de sugestões.

<sup>1</sup>Sobre esta proximidade e hibridização, através das línguas faladas, escrevia Magalhães Basto: “Na zona fronteiriça formada pelos concelhos de Terras de Bouro e Montalegre, tanto em Portugal como em Espanha, só as classes mais cultas falam com pureza as línguas das suas nacionalidades; a gente do povo, em virtude do convívio e relações comerciais com os povos de além-fronteiras, adulteram um pouco as suas línguas, dando-se a circunstância de falarem o português e o galego conjuntamente. Contudo, parece que esta penetração linguística é mais sensível do lado de Espanha. De Soutelinho da Raia ao Rio Mente (concelho de Chaves), as povoações fronteiriças dos dois países ressentem-se, quanto à sua linguagem, do contacto bastante íntimo que mantêm. Assim é que se nota nos portugueses um certo sotaque espanhol na pronúncia, embora as palavras sejam no geral puramente portuguesas; os galegos por seu turno, e em maior grau, ressentem-se não só na pronúncia, como também no emprego de palavras portuguesas.” (Basto, 1923:26-7)

O objectivo deste texto é interrogar essa situação paradoxal, seguindo uma tripla abordagem. Em primeiro lugar, através dos processos sociais, procurar-se-á enquadrar a actual situação neste contexto num conjunto de alterações que ganharam legibilidade principalmente a partir do início da década de 1960. Depois, com uma abordagem do papel assumido pelo «local» num fenómeno de patrimonialização que restitui as identidades, ao mesmo tempo que as integra num contexto global, será feita ênfase na actualidade. Finalmente, interrogar-se-á a duplicidade do processo actual, em que se insinuam duas tendências sobrepostas, com a edificação de uma identidade mais lata – europeia – por parte das elites políticas nacionais, e uma outra localizada, em consequência dos fenómenos de patrimonialização.

A percepção de que a fronteira, pela sua porosidade e pelo contacto que permite entre grupos e realidades desiguais, constitui um objecto de análise e um meio para a compreensão da miscigenação e do conflito, da cooperação e da resistência, não é completamente recente. Surge num tempo em que os discursos sobre os processos globais parecem desvalorizar as dimensões do contacto localizado em zonas periféricas. A fronteira é sempre uma periferia, do mesmo modo que os discursos ufanos dos processos globalizantes provêm dos designados «localismos globalizados» (Santos, 2001, *passim*). Esta realidade, física e social, lê-se e vê-se na paisagem (Wateau, 1999:229) que, como lembra Barbara Bender, comporta os traços da actividade do passado, numa dialéctica entre os indivíduos e os lugares no tempo (Bender, 2001:4). Pode ler-se o global na aldeia, e, no caso presente, na aldeia raiana.

O desvanecer da fronteira nas zonas raianas, devido à inserção na União Europeia, significou um conjunto de mudanças<sup>2</sup>. Estas alterações foram lidas localmente como perdas, uma «*catástrofe imediata*» (Guichard, 2001:12), por terem partido os guardas-fiscais e suas famílias, por ter sofrido o comércio local, por terem perdido as crianças que iam à escola<sup>3</sup>. No caso de Rabal, no concelho de Oimbra (193

---

<sup>2</sup> François Guichard salienta que “*Já não há paragens obrigatórias, nem bichas incontornáveis, nem motivos ou pretextos para parar aqui em vez de ir à próxima cidade para beber, comer, comprar, trocar dinheiro... Um após outro fecham lojas, cafés, mercearias, agências bancárias, postos de gasolina, que doravante não conseguem reter o viajante. Para quem vivia lá a fronteira-obstáculo era o principal eixo de trabalho, de emprego, de actividade, de recursos económicos.*” (Guichard, 2001:12-3)

<sup>3</sup> O *Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal*, da responsabilidade conjunta do Ministério do Equipamento Social português e do Ministério de Fomento espanhol, criado na sequência da Cimeira Ibérica de Janeiro de 2001, por iniciativa dos dois países, tem todavia, e apesar da designação, um bem limitado objectivo: “*o principal objectivo do OTEP é conhecer, quantificar e analisar a evolução dos fluxos de tráfego ferroviários, rodoviários, marítimos e aéreos nas fronteiras entre os dois países e das relações destes com o Continente Europeu.*” (MES/MF, 2001:7). A sua visão duostatocêntrica torna-o de escassa utilidade na abordagem aqui realizada. Nomeadamente

habitantes, segundo o censo de 1999<sup>4</sup>), comarca de Verín, e de Vilarelho da Raia, no município de Chaves (619 indivíduos em toda a freguesia, composta por mais três aldeias, segundo o censo de 2001) aldeias estudadas mais detidamente, localizadas a 200 metros entre si, as relações intensificavam-se nos Invernos em que o rio Tâmega impedia o contacto da população galega com as suas vizinhas do mesmo país. A densificação das relações na zona de Chaves deve-se também à proximidade, que se acentua nesta região, como observa Vergílio Taborde num estudo clássico sobre o Alto Trás-os-Montes<sup>5</sup>. Aos estados pré-modernos, a que James Scott (1998:2) chama cegos, faltava o conhecimento das riquezas, das localizações exactas que servem ao estabelecimento de identidades e ao controlo das populações. Faltava-lhes um mapa detalhado que permitisse reconhecer as especificidades do terreno e das pessoas, que se traduzia numa maior autonomia local. Esta cegueira dos estados prolongou-se até tarde, tanto em Portugal como em Espanha, e a sua legibilidade era acrescida na linha de fronteira. A miopia estatal, traduzida num conhecimento e num controlo desajeitado e incipiente até muito tarde - o mapa topográfico de Espanha, na escala de 1/50000 foi iniciado em 1858, só ficando concluído em 1968, enquanto a publicação da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25000, que só ficará concluída em 1955 - era aproveitada pelas populações raianas para, de forma intersticial, delinearem estratégias que maximizavam os benefícios da sua situação marginal<sup>6</sup>.

A Antropologia e a História mostram que nas sociedades rurais europeias, a força do sentimento de pertença identitária diminui com a escala da comunidade considerada: é-se de uma aldeia mais do que dum concelho, deste mais do que da província, e assim sucessivamente (Lepetit *in* Sahlins, 1996: 4). Assim, a inculcação de um sentimento nacional passa então por um reforço do Estado, por um fechamento de fronteiras e por uma abertura e uniformização do território nacional. É a partir de cima que se construirão as fronteiras e as identidades nacionais, como é a partir de cima que se decide abatê-las ou diluí-las em favor de uma mais lata unidade, a União Europeia.

---

quanto aos fluxos terrestres, o relatório limita-se a dar conta dos que se fazem pelos postos fronteiriços, ficando assim na margem todas as deslocações que não as usam, e que todavia dão legibilidade às relações de raia.

<sup>4</sup> Em resultado da desagregação do censo ao nível das sete paróquias de Oimbra, que tinham 2054 habitantes em 1996 (Precedo Ledo, 1998:458).

<sup>5</sup> “Não há aí uma solução de continuidade no povoamento, como o que se observa na fronteira de Bragança; as interpenetrações são mais visíveis, o comércio clandestino relativamente importante. O facto de a Veiga de Verin continuar a de Chaves torna a circulação fácil; as comunicações são constantes, existindo mesmo entre as duas povoações uma carreira diária de automóvel.” (Taborde, 1932:28)

## Processos sociais num tempo longo

O processo de desligamento relativamente a um conjunto de elementos que marcavam a anterior sociedade rural, se bem que generalizado, quer em Espanha quer em Portugal, reveste-se de leituras específicas na zona de raia. O “*declínio de um tempo longo*” (Baptista, 1996), marcado inicialmente pelo intenso êxodo rural, dá legibilidade, em tempos mais recentes, às alterações decorrentes do processo de integração numa unidade político-económica mais vasta, a União Europeia. Um relatório recente da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional em Portugal exorta a que “*se dinamizem as zonas da fronteira portuguesa, sob pena destas áreas perderem a pouca capacidade atractiva que lhes resta, em favor das zonas espanholas vizinhas, melhor equipadas e por conseguinte mais atractivas e polarizadoras.*” (DGDR, 2001:6)<sup>7</sup>. Ainda que saliente o papel desenvolvido pela criação de “rotas temáticas” e pela valorização das designadas “Aldeias históricas” e dos sítios arqueológicos, enfatizando desse modo a riqueza e a diversidade do património, como suporte ao sector do turismo, considera-se que “*os problemas e as debilidades das zonas de fronteira, sobretudo as zonas do interior, são claramente estruturais, em consequência do seu isolamento e da sua localização periférica e marginal.*” (DGDR, 2001:7). Se é inegável que a localização, distanciada dos centros, dessas regiões de fronteira, pode contribuir para a percepção da situação na actualidade, há todavia alterações na sociedade local, nomeadamente nos últimos cinquenta anos, que merecem ser interrogadas. Depois da plenitude na ocupação da terra nos anos de 1950, o crescendo da desertificação – sobretudo dos campos, conseguindo algumas cidades do interior recuperar ligeiramente as perdas demográficas nos últimos anos – é antes de mais o sinal do progressivo desaparecimento de um modo de vida, de um e outro lado da fronteira<sup>8</sup>. Afastando o desenvolvimento das regiões de fronteira da aposta no

---

<sup>6</sup> Como frisa Maria Helena Dias, “*As coberturas detalhadas do território serão sobretudo obra do séc. XX.*” (Dias, 1999:52)

<sup>7</sup> No mesmo relatório são destacados problemas comuns às zonas de fronteira: queda demográfica que afecta os centros urbanos e a criação e/ou manutenção de serviços e equipamentos; desequilíbrio da rede urbana, com inexistência de uma hierarquia de centros; falta de infraestruturas e de equipamentos que confirmam qualidade de vida às populações; escasso desenvolvimento económico e social; declínio dos centros de apoio rural; tecido empresarial débil; escassa utilização de recursos endógenos (DGDR, 2001:7).

<sup>8</sup> Já nas décadas de 1960-70 Paula Lema detectava em Tourém uma alteração, que viria a acentuar-se até à actualidade: “*Um indicador de que houve uma mudança radical dos movimentos de população é o facto de, até á década de 40, serem frequentes os casamentos realizados entre habitantes de Tourém e os de aldeias vizinhas, como Randim, Requias, Rio Seco; residem ainda hoje em Tourém as mulheres galegas desses matrimónios. Actualmente não se realizam casamentos em Tourém, porque a população jovem emigra, persistindo apenas as pessoas idosas.*” (Lema, 1978: 139). No já citado

seu tecido rural ligado à agricultura, este relatório é enfático nas suas propostas sobre a «*necessidade de continuar a reforçar os centros urbanos desta zona*» (DGDR, 2001:28)<sup>9</sup>.

Num texto em vias de publicação, Fernando Oliveira Baptista indica que essas alterações se traduziram, no contexto espanhol, entre 1960-1970 numa diminuição de ¼ dos efectivos da população activa agrícola, enquanto em Portugal seria de 31% (Baptista, no prelo:6)<sup>10</sup>. Na década de 1950, quer em Portugal, quer em Espanha, mais de metade da população activa dedicava-se à agricultura, que contribuía com 30% do PIB; hoje são menos de 10% os que nela trabalham, e constitui menos de 4% do PIB (Baptista, no prelo: 11). Se no caso espanhol fora feito o emparcelamento de 5,2 milhões de hectares, até 1985, já no caso português esse fenómeno não viria a ter idêntica expressão<sup>11</sup>.

Num contexto que mudou, desligando o espaço rural da agricultura, como alertavam Joaquim Pais de Brito (1996) e Fernando Oliveira Baptista (1996), aquele autonomizado desta, as alterações recentes tiveram reflexos significativos na relação entre a sociedade e o espaço<sup>12</sup>, com o crescendo da florestação dos terrenos por cultivar, com o seu abandono ou novas utilizações, em função da procura urbana<sup>13</sup>.

Com a perda de abrangência da agricultura na ocupação do espaço rural, novas maneiras de utilização foram postas em prática. Num lado como noutra da fronteira

---

relatório, refere-se que “*Dum modo geral, a zona de fronteira Portugal-Espanha é uma zona de declínio demográfico, consequência do êxodo da população, sobretudo a rural e também, do seu fraco crescimento natural.*” (DGDR, 2001:11)<sup>8</sup>

<sup>9</sup> “*As zonas de fronteira portuguesa, principalmente as zonas do interior, deverão apostar no reforço das estruturas da sua rede urbana, que deverá estar apoiada em centros, que podendo ser de pequena e média dimensão, formem conjuntos urbanos significativos, que estejam convenientemente infraestruturados e equipados, de modo a potenciarem o desenvolvimento das actividades económicas e sociais da sua região envolvente.*” (DGDR, 2001:30)

<sup>10</sup> Quanto às alterações, Fernando Oliveira Baptista detectara, anteriormente quatro percursos possíveis: o equipamento das explorações no sentido de substituir mão-de-obra por capital; a pluriactividade, que subalternizou os rendimentos provenientes da agricultura; a existência de pensões de poio que complementam os rendimentos provenientes da actividade agrícola; o desaparecimento das explorações que não seguem nenhuma das anteriores alternativas (Baptista, 1996; Baptista, no prelo).

<sup>11</sup> Até 1973, só 107 ha seriam emparcelados, e até 1991, 8,4 mil ha (Baptista *et al* cit. Baptista, no prelo:24)

<sup>12</sup> “*Da questão da terra agrícola passou-se a uma questão do espaço, centrada na definição da relação entre este e a sociedade, que hoje já não é mediada (regulada) pela agricultura.*” (Baptista, no prelo:35)

<sup>13</sup> Como é reconhecido no já referido relatório, “*..muitos dos centros urbanos do interior de Portugal cresceram substancialmente nos últimos anos como resultado da preocupação que tem havido em estimular o seu crescimento, com a localização de estabelecimentos de ensino universitário, politécnico e profissional, a criação de zonas industriais, a instalação de alojamentos para o turismo rural e cultural, a criação de rotas turísticas temáticas e pela forte valorização e promoção de todo o património natural, histórico e cultural, que é uma das grandes riquezas destas zonas de fronteira.*” (DGDR, 2001:29)

entre o norte de Portugal e a Galiza, o desenvolvimento dos processos centrais viria a ter grandes similitudes, o que conduziu a que, pela aceleração do desligamento da agricultura que se seguiu aos anos 1950, tenha crescido a desertificação. Muitos dos aldeões, na actualidade, têm grande parte dos seus filhos a residir longe<sup>14</sup>, os registos paroquiais dão conta de um escasso número de baptismos, as escolas locais encerram. A desvalorização do valor de uso da terra não significa, todavia, que o seu preço tenha decaído, devido ao crescendo do valor de troca – a terra passa a constituir, sobretudo, um património, tornando-se uma retaguarda protectora, olhada e tratada como uma mercadoria<sup>15</sup>.

Não se fez por igual esse desligamento da agricultura, por não ser homogénea a sociedade rural. Para os grupos sociais subalternos, a saída foi o recurso às formas migratórias. No caso dos membros dos estratos mais elevados, o abandono da aldeia levou à integração em funções frequentemente ligadas ao aparelho de Estado e a formas económicas translocais<sup>16</sup>. No caso da fronteira entre Portugal e a Galiza na zona de Chaves, as transformações verificadas de maneira acelerada desde a década de 1960, legíveis num processo de afastamento da actividade agrícola que cresceu à medida que as famílias se terciarizavam ou migravam, alteraram a relação com a linha delimitadora e inseriram-na em novas formas no processo capitalista global. As alterações que retiraram centralidade à casa camponesa nos processos de reprodução, desvaneceram anteriores complementaridades, explicáveis pela aceção de «bem limitado».

No que toca a Vilarelho da Raia, um olhar pelas actas da Junta de Freguesia, ao longo dos últimos 100 anos, dá-nos a dimensão da passagem de uma sociedade, cuja reprodução assentava na agricultura, para uma outra em desruralização acelerada. Na sessão de 29 de Fevereiro de 1909, uma proposta apresentada por um vogal, no sentido de coutar – ou seja, fechar ao gado – os baldios alpestres de uma povoação anexa da freguesia, Cambedo da Raia, sob a alegação de que a maioria da população assim o exigiria, mereceu as seguintes considerações por parte da Junta de Paróquia:

---

<sup>14</sup> Os emigrantes regressados e alguns dos antigos camponeses sobrevivem hoje devido a pensões de reforma, assumindo o cultivo das terras um papel secundário nos fluxos de fundos.

<sup>15</sup> Sobre este assunto, ver a situação detectada por Manuela Ribeiro para a região barrosã (Ribeiro, 1996).

<sup>16</sup> Tal como na fronteira cerdanha, entre a Espanha e a França, este afastamento da terra levou a uma ruptura dos processos reprodutivos das unidades de produção, ora liquidando essas mesmas unidades, ora levando-as à extensificação, ora à sua concepção como complemento (Pujadas *et al*, 1999:146).

*“Foi impugnada esta proposta pelo vogal José Lopes de Moura, pois nenhuma alcance social ou económico abonava tal proposta, pelo contrário, seria justo facilitar a criação de gados em povoações como essa, onde só existem montanhas e precipícios. É notório que os criadores dessas espécies de gado tudo açambarcam, tudo avassalam, mas de ahí não se pode deduzir o extermínio de tão ricas espécies. O direito existe, e por isso, o proprietário por si ou em communhão guarde e castigue os infractores. Isto é justo, isto concebe-se e não o predomínio de certos caprichos políticos, que tanto tem dificultado a vida da nação.”*

A proposta de coutar os baldios ganharia, reforçando a posição dos habitantes de Cambedo da Raia que possuíssem vacas. São relativamente correntes estes pedidos, que visam contrariar a utilização dos baldios pelas ovelhas e cabras, com o objectivo de que só o gado bovino aí possa aceder. Todavia, como a etnografia demonstrou, ter vacas, ao tempo, conferia legibilidade à distinção social entre «cabaneiros» e lavradores no contexto barrosão, ou entre jeireiros e lavradores.

O novo secretário da Junta de Paróquia, que toma funções em Janeiro de 1909 é garantidamente um republicano imbuído das “Luzes da Razão”, reformador dos costumes e das práticas, como se nota pelo que escreve na acta de posse, ao referir o estado da freguesia:

*“Os caminhos açambarcados e inutilizados, os maninhos alpestres descalvados, mais, sinistros; as fontes públicas, sujas, miasmáticas. Nem viveiros nem arborização, nem caixas económicas nem celeiros públicos, nem albergues. Nenhuma previdência, nenhuma solidariedade. A civilização pede isto e muito mais. Senão o dia de amanhã será tétrico, horrível. A fome, com todo os seus horrores, bate a quasi todas as portas. É lancinante e triste o quadro de uma família cercada de miséria! Pois neste ano fatídico tudo se conjura para que o quadro seja mais impolgante de commoção. Os braços abundam e pedem trabalho; mas, por desgraça, os trabalhos que ocupavam esses braços cessaram.”<sup>17</sup>*

Mesmo o tojo cortado dos logradouros comuns servia de fonte de receitas à Junta, como se demonstra numa proposta do presidente, Padre Firmino de Barros, em 31 de Janeiro de 1909:

*“Egualmente o presidente propôs se cortasse o tojo dos logradouros de pastagem, pois, de contrário, o iriam cortar e tirariam assim uma pequena fonte de receitas, é certo, mas de que a Junta não pode prescindir. Todos approvaram unanimemente esta proposta.”*

---

<sup>17</sup> Acta da Junta de Parochia de Vilarelho da Raia, de 17 de Janeiro de 1909.

De resto, a contratação de guardas campestres e de zeladores, e um conjunto de medidas punitivas para a invasão dos baldios e para o desrespeito da propriedade comunal conseguem ser implementados na conjuntura que se segue à implantação da República<sup>18</sup>. Particularmente verbosa nas actas, esta conjuntura iniciada em Outubro de 1910 é evidenciada na retórica usada, como sucede na de 4 de Dezembro de 1910, que refere uma nova entidade, a da «comunidade social»:

*“ Os ricos, os mimosos da sorte e da política foram sempre insaciáveis. Toda a terra lhes parece pouca para o seu egoísmo para a sua ambição. Augmentaram e alargaram os prédios á custa dos caminhos publicos e nem por sombras lhes lembra o grande mal e grande roubo que fizeram à comunidade social.”*

A perseguição aos baldios continuará e uma acta de 4 de Março de 1923 dá conta da aprovação de um novo regulamento, mais restritivo, que condiciona o acesso à folha não cultivada em cada ano. Poucos terrenos comunais, e por curtos períodos, ficarão disponíveis para os gados ovino e caprino, para recolha de tojo - destinado às camas dos animais e ao fabrico de estrume - e de torrão. Há também nessa acta um especial cuidado no tratamento dos direitos dos proprietários de terras em relação aos pastores que acedem à folha em pousio, agravando-se as multas quando os donos dos gados prevaricam e deixam os animais invadir a «folha cheia». A tendência a regulamentar o acesso aos terrenos em pousio é sobretudo pautada pelos interesses dos proprietários, e reforça-se já na conjuntura do Estado Novo, após a ofensiva contra os baldios, sendo legível na acta de 2 de Janeiro de 1949, através de novo regulamento, que introduz normas no acesso às águas e terrenos comuns, ao forno comunal e aos lavadouros e bebedouros.

Nas actas das décadas de 1960 e 1970 são patentes os reflexos da emigração e da débil escolarização pelo Estado Novo. É ainda a agricultura que tem centralidade no processo de reprodução desta comunidade que arremata as cinzas, o mato e mesmo os sobejos da água do bebedouro da fonte em frente a uma eira (Acta de 23.1.72). Já na década seguinte, o afastamento em relação à agricultura acentuava-se. Os fundos enviados pelos emigrantes, o regresso destes com pensões, o acesso às mensalidades da

---

<sup>18</sup> Na acta correspondente ao dia 1 de Janeiro de 1911 é decidido taxar um conjunto de operações no baldio, bem como é aprovado um regulamento para a utilização do mesmo, justificados com uma retórica universalista que merece destaque: *“Esta época adeantada da civilização tem uma característica consentânea com os progressos da humanidade e tem a missão exclusiva de fortalecer a paz, a concórdia e a felicidade entre os homens, quer sejam pobres, quer sejam ricos. Ninguém hoje deve ignorar o espírito de fraternidade que anima todos os sábios, todos os pensadores*

Segurança Social tinham trazido alterações significativas. Num processo de mimetização da cidade, em 30.11.87 são compradas placas para apor nomes às ruas da freguesia.

Na actualidade, a enfatizar que já não existe gado na aldeia, situação própria de uma fase anterior, olhada como poluente, em que os animais conviviam num mesmo espaço aldeão com as pessoas, também o fumeiro tomou novas formas e a conservação das carnes pode não passar pelo processo anterior. Numas casas, a existência de uma cozinha autónoma destinada a afastar da habitação o negro do fumo, que suja mas que conserva a carne de porco, noutras, a adição de produtos que requerem a seguir somente o uso da arca congeladora, dão conta de um uma mudança acrescida. Já não é só da agricultura – mostrada no pequeno museu local através de um conjunto de objectos que, na sua inutilidade, remetem para o passado - que se deu o afastamento, a ruralidade passou a constituir sobretudo um património de projecção para fora.

### **O “local” e a patrimonialização**

As migrações rurais que esvaziaram os campos e incharam as grandes cidades, num processo que se acelerou, como se viu, desde os anos de 1950, tornaram ainda mais periféricos os territórios de fronteira, cujas aldeias ocas não vêm conseguindo recuperar os efectivos demográficos, salvo na ritualidade e no lazer de Agosto, na Páscoa e no Natal. O local, e o «local» dúplice da fronteira de forma acrescida, vem tentando com algumas dificuldades, através de um conjunto de agentes, transformar o que foram banalidades quotidianas do passado em poderosos elementos que sirvam de suporte à memória recriada da ruralidade. Assim se edifica o lugar, recuperando-o da indiferenciação pela história que se lhe acrescenta. Tudo se vem tornando património (Chevalier, 2000:IX), pela dilatação do referente, como pela forma como foi recuperado por um conjunto de organismos o interesse que provoca nos indivíduos. O lugar deve *fazer a ligação entre uma matéria imemorial e a localidade singular* (Bensa, 2001:4), num processo de autentificação pelos vestígios e pelas memórias. À sombra da história, o património, com um marketing próprio, torna-se um destino dos tempos de lazer citadinos (Rautenberg *et al.*, 2000:1), na busca de um tempo sem rupturas, numa ruralidade delineada pelo urbano.

---

*modernos. É o lêmnia redemptor que nos hade salvar fundado no amor e bondade universal. Até hoje esta pátria desditosa tem estado à mercê de políticos velhacos e traidores, e de usurários endinheirados.”*

Este processo de produção do património (Chevalier, 2000:XI) envolve um conjunto de decisões político-económicas no sentido de o mercantilizarem<sup>19</sup>. À medida que a distância em relação à terra aumenta, assim são patrimonializados os elementos que recordam a anterior ligação, seja em museus locais, seja em casas particulares, seja embelezando as paredes de restaurantes cujos nomes lembram igualmente uma vida rural do passado, depurada todavia dos elementos entendidos como poluentes. O campo e o espaço agrícola, em trajectórias divergentes, distanciam o lugar da produção alimentar do passado, da diversidade actual dos seus usos<sup>20</sup>.

O património resulta de uma construção, ainda que procure a justificação na História. Se bem que assente em determinado território, não pode ser entendido como um «dato». Constitui, antes, um projecto com vários envolvidos, que liga de formas diversificadas um produto, um edifício ou determinada manifestação a um lugar<sup>21</sup>. Não se conta, através dele, a *história* de um território, mas indubitavelmente a sua promoção dá novo fôlego à história de um país, desdobrando-a. Este passado com raízes locais não desmente a história nacional, antes a recria com uma feição palpável. A especificidade do local está na sua capacidade de *localizar* o nacional e a sua história, legitimadores da visão localizada: como anota Daniel Fabre, o todo existe completo em cada parte, desde que sejam asseguradas as ligações entre o núcleo central e a unidade mínima (Fabre, 2001:20).

Com a importância que adquiriu, o local levou a recomposições dos saberes e dos poderes, numa era em que se promove a atomização do conhecimento e o seu plural. Num processo marcado pela metonímia, *o englobado torna-se englobante, o último o primeiro, o periférico central* (Bensa, 2001:9), e o espaço precisa ganhar a solidez de um lugar, por contraponto aos *não-lugares* (Augé, 1992). Esse local é o lugar de síntese de um território com um produto, de um conjunto de agentes e de públicos, de produtores e de consumidores (Rautenberg, 2000:10), e a sua singularidade é directamente proporcional à história nele construída. Essa patrimonialização, seja do

---

<sup>19</sup> Entre as instituições associadas a esta «economia do património», salientam-se os parques naturais, as associações de defesa e protecção do património e ainda grupos de produtores desejosos de verem os seus artigos promovidos (Chevalier, 2000: XI-XII)

<sup>20</sup> Num tempo em que os indivíduos são perseguidos pelas fobias alimentares associadas à percepção do risco de um conjunto de contaminações, os alimentos do «campo» trazem a marca da qualidade – reforçada por vezes pela publicitação de uma «denominação de origem» – e da segurança alimentar. Se servem à edificação de um estilo de vida, fazem-no sobretudo pela ilusão de segurança ontológica, modificando o carácter do que fora produzido.

«natural», seja do «histórico e cultural» é considerada de fulcral importância para o turismo<sup>22</sup>.

A redução acentuada do campesinato como categoria social conduziu a movimentos de promoção e de revitalização da cultura «tradicional» (Boissevain, 1992). Mostrar o património requer, de resto, a existência de mediadores e promotores, e se a intervenção dos investigadores e académicos é necessária – numa fase em que o notável local, que serviu de informante na lista de correspondentes dos académicos de centro, se autonomiza – para que possa levar-se a cabo esta tentativa de criação quase *ex-nihilo* de uma história local, o historiador local sabe mover-se melhor nos circuitos de promoção e angariação de fundos, nos serviços culturais dos municípios e noutros organismos regionais. *A História mudou de lugar* (Fabre, 2001:13), e já não federa um conjunto de memórias, universalizando num momento determinado o colectivo com maior capacidade hegemónica. Às histórias nacionais e, mais recentemente, europeia, aprendidas no percurso escolar oficial, junta-se esta percepção paralela, localizada, minuciosa.

Todavia, não são inteiramente locais as fontes de produção do local (Bensa, 2001:9). Como saídos da imaginação de Swift, miniaturizados ou agigantados, os traços da «tradição» patrimonializados conquistam novas escalas, pela transgressão dos seus limites. O turismo, envolvido nas formas patrimoniais associadas na actualidade à fronteira, se é um aliado na divulgação da «cultura raiana», conduz também ao *pastiche*, à imitação do real. O turista, como grande consumidor de tradição (Thiesse, 2000:250), regressa a casa com fotos, filmes, recordações, objectos portáteis «autênticos», frequentemente miniaturizados, que remetem para a “tradição”. Recorrendo a uma história comum – e à história do país que se toca, na linha de fronteira – afirma-se de forma diferenciada a especificidade de um lugar, com a complexidade que a caracteriza, ignoradas no discurso escolar. Figurando o passado local perpetua-se uma identidade, mais descentrada ainda na linha de fronteira.

O lugar corredio das rotas do contrabando, apoiado na memória dos que o realizaram ou reprimiram, visitável por eruditos reunidos em cursos de verão ou forasteiros que fazem caminhadas, juntando a fruição da natureza com a história local,

---

<sup>21</sup> Rautenberg *et al.* ,(2000:2) salientam entre esses agentes os habitantes locais, os actores económicos, os eleitos, os representantes das colectividades públicas, os potenciais financiadores, os investigadores e os mediadores.

é alvo de um processo de criação que implica uma *redelimitação do espaço e do tempo* (Bensa, 2001:8), revitalizando espaços esquecidos. Trata-se de uma situação emblemática, já que divulga aos forasteiros as sendas que, na sua funcionalidade plena, exigiam o secretismo e o exclusivo reconhecimento por parte dos contrabandistas.

Viver a história local desta maneira festiva, ainda que nas memórias de quotidiano as contradições, os sofrimentos e a fome do passado possam emergir com centralidade, tem sobretudo como objectivo celebrar um grupo que se esvaziou e só evanescentemente se reconstitui. O êxodo rural por um lado, e a projecção para o mundo, por outro, constituem os dois motivos centrais desta projecção para fora, numa identidade que paradoxalmente dilata a partir do oco demográfico. O passado vergado às necessidades do presente, para fora mas também para dentro, numa tentativa de inserir as novas gerações, ausentes e frequentemente alheadas, nas suas formas reprodutivas, em relação à realidade local, insere-se numa duração que se pretende comum. Para os forasteiros, reitera-se a imagem de que se é como *sempre* foi, num tempo sem cortes, ainda que assumindo na dimensão conveniente a ligação ao movimento geral do mundo. Assim, o *local* fabrica - pela mão de agentes determinados e com interesses a ter em conta - o seu próprio tempo, nele inserindo a sua especificidade, os seus marcadores de diferença, destinado quer aos indivíduos *de dentro*, que revisitam como espectadores o seu próprio passado, quer aos de fora, mesmo se só potenciais visitantes.

Na fronteira estudada, esta minúcia local da história, numa micro-localização, tem legibilidade a partir de dois *sites* da *Internet*, um correspondendo a Rabal, em Oimbra, na província de Ourense, Galiza, outro a Vilarelho da Raia, no concelho de Chaves, do lado português. Vejamos como as aldeias - através dos seus agentes - se apresentam nos referidos sites e como se lê aí o passado no presente, através dos seus «traços visíveis» (Bonniol, 2001:170).

Em galego, o site que é dedicado a Rabal, diz-nos que nele poderemos “*atopar toda a informacion referente a nosa aldea. Rabal e unha pequena aldea de 193 habitantes (segundo o censo de 1999), situada o sur de Galicia, facendo fronteira con Portugal.*” Bastante enfático na importância conferida ao Rio Tâmega, tem um conjunto de informação pormenorizada sobre as características físicas e ecológicas do perímetro da aldeia e seu envolvimento. Uma igreja do séc. XVII, com uma cruz processional da mesma época,

---

<sup>22</sup> Segundo a Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, “*As zonas de fronteira apresentam grandes potencialidades no sector do Turismo que é um vector muito importante nas políticas de*

uma praça central da povoação, uma central de engarrafamento de água termal agora desaproveitada, um miliário romano dedicado a Flavio Dalmacio, e que serve na actualidade de coluna numa casa, bem como o «poço do povo» que só deixou de ser usado quando a água passou a ser canalizada, surgem ilustrados por fotos numa divisão do site denominada “Lugares de interesse”. Uma outra divisão do site é dedicada a “Rabal, terra de Muinos”, alvo de várias fotos ilustrativas: *“No pobo de Rabal podemos encontrar dous muinos. Se ben temos que decir que un deles encontrase en estado ruinoso, outro ainda se pode por en funcionamento, xa que ata fai poucos anos a xente de Rabal e dos seus arredores levaban a moer o gran o conocido como “Muino do Terron”. O outro muino de Rabal e conocido como “Muino da Abea” e como podemos ver na foto encontrase en moi mal estado.”* Com um jogo de 25 perguntas, o “Trivial de Rabal”, pretende testar-se conhecimentos locais, seja acerca dos indivíduos, seja de elementos valorados como património<sup>23</sup>.

No site que corresponde ao Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia, depois de uma apresentação da freguesia (aldeias que a constituem, área, localização), passa a descrever-se Cambedo da Raia, uma das anexas, que é «pequena, simples e com um encanto natural surpreendente»: *“A Capela de S. Gonçalo de Amarante, os lagares na rocha, as Aras Romanas, a Azenha ou mesmo o Castro de Wamba são alguns dos importantes pontos arqueológicos desta terra que alojou o último reduto anti-franquista. Cambedo é uma terra cheia de lendas e mistérios, os montes que o circundam estão cheios de marcas do passado que assustam algumas pessoas e encantam outras...”*

Conjuntamente com a capitalização quer do património religioso, quer do que remete para a ruralidade, para o passado da ocupação romana e do rei visigótico, está uma referência mais recente, que leva a deslocações, nomeadamente de galegos, até à pequena aldeia de Cambedo da Raia: ali se acoitaram guerrilheiros desde o início da guerra civil espanhola, em 1936, culminando esta situação num cerco e bombardeamento da aldeia em Dezembro de 1946 (Godinho1993; Godinho 1996).

Mais à frente, salienta-se a existência das “Águas da Facha”, no termo de Vilarelho, uma fonte termal de mergulho com águas bicarbonatadas sódicas, que se

---

*desenvolvimento rural.”* (DGDR, 2001:40)

<sup>23</sup> Já o site do concelho de Oimbra, salienta logo na página de abertura *“Levamos unha relación extraordinaria cos nosos veciños portugueses. “O Cambedo”, “Souteliño”, “Vilaverde” “Vilarelho da Raia” e “Chaves” son sitios do outro lado da RAIA ós que imos con frecuencia, ben a facer algunha xestión comercial, ben a disfrutar coa súa sabrosísima comida.”* Duas partes deste site são dedicadas ao Entrudo, e é patrimonializado um produto local, alvo de um festa de invenção recente, o pimento.

deseja localmente ver reconhecidas fora, como as de Vidago, Pedras Salgadas e Carvalhelhos. Vê-se nelas uma possibilidade de desenvolvimento da aldeia, pela exploração termal que atrairia gente de fora. Na linha directa de *“Celtas, Godos e Romanos, Hunos, Vândalos e Suevos, Alanos, Visigodos e Árabes e quem sabe quantos mais...”* que no local se cruzaram, segundo um texto de Carlos Guerra inserido no site, a aldeia reivindica o seu tempo longo, reconhecendo o autor que está, todavia, pouco conhecido: *“A memória dos nossos antepassados perde-se na bruma do tempo e não é fácil juntar os pedaços perdidos da nossa História. Talvez um dia, um de entre nós, ganhe coragem suficiente para decifrar pedras, lendas e alfarrábios e complete, finalmente, o puzzle do nosso passado comum, traçando no viver presente, a ponte do futuro.”*

Mas a patrimonialização, além de enquadrar o local num todo que o transcende, numa povoação de fronteira valoriza também elementos dessa especificidade<sup>24</sup>: *“Com um povo acolhedor, tendo como padroeiro a S. Tiago, Vilarelho apresenta-se rodeada de terras portuguesas e espanholas, sendo por isso um lugar privilegiado ao contrabando que da sua história faz parte. É verdade, Vilarelho é conhecida como a terra dos contrabandistas que, no seu tempo, marcaram a nossa história. Diz-se que até o Sr. das Almas, bem guardado no seu santuário no cimo da aldeia, fazia contrabando!”* Por outro lado, também um forno, *“um autêntico monumento da aldeia”*, merece destaque, indicando-se o nome de quem o mandou erguer, em 1880.

O tempo do que é patrimonializado – ou a intemporalidade sem rupturas nem controvérsias, marcada pelas expressões «antigamente» ou «dantes» - remete para uma identidade entre presente, passado e futuro, ou um *presente eternizado* (Rautenberg *et al*, 2000: 5). Nesse tempo marcado por termos abrangentes e indefinidos, é sempre possível descortinar um passado unificador, com épocas sem datação precisa.

No nível mínimo de percepção, as aldeias tornam assim palpável e localizada a História, num desdobramento que permite também a inclusão, por se tratar da raia, de elementos de interesse para o próximo, edificado como diferente pelo processo de construção das nações, aqui tardio. Importa trazer forasteiros, as aldeias querem ser lugares no mundo, exigem reconhecimento, desmentem o isolamento. A existência de

---

<sup>24</sup> Tal como no que concerne a Cambedo, Vila Meã ou Vilarinho, as outras aldeias da freguesia, mas aqui de modo acrescido, salienta-se o património religioso, várias estações arqueológicas, um castelo, envolto em mistério: “Deste último, o castelo, pouco se sabe. Conhecemo-lo através das pedras com siglas que ficaram quando em 1642 foi queimado pelos Espanhóis. Pelo que se sabe, o seu desaparecimento deveu-se á guerra que ocorreu após a Restauração da Independência. Hoje, recordamos apenas o local e os restos que sobraram, resistindo ao fogo e ao tempo.”

sites de promoção, que não remetem para a ruralidade do presente, mas antes para uma relação imaginada com a agricultura do passado, contrasta com a percepção que através das histórias de vida se tem dessa mesma vida, pobre, miserável, no passado, que levou até à emigração.

### **Ver ao perto, ver ao longe**

Num dos dias duma estadia de trabalho em Santiago de Compostela, no Inverno e na Primavera de 2003, acompanhei um colega da universidade que ia buscar à escola a filha de seis anos, Cláudia. O tempo estava cinzento e tinha chovido. Trazíamos capuzes na cabeça, guarda-chuvas abertos e olhávamos para o chão para nos desviarmos das poças de água. Cláudia apontou de súbito para o céu. Pelo entrançado das árvores belíssimas da Alameda de Santiago via-se entre o tom de chumbo uma nesga azul intensa. Os olhos baixos com que caminhávamos, nós, os dois adultos, ter-nos-iam impedido de ver esse sinal de mudança. Atentos à materialidade próxima, não só o perdíamos, como desatendíamos ao momento feérico a que estava atenta Cláudia. Para tratar «os factos sociais como coisas», na linha de Durkheim, há que buscar o que, ainda só ligeiramente desvelado, constitui o traço que dá conta de uma diferença de significação. Para os antropólogos isso costuma implicar o distanciamento do olhar, segundo a expressão de Claude Lévi-Strauss. Mas a Antropologia tem que ser História, debruçada que está hoje em sociedades de «tempo quente». E esse olhar que se afasta para perceber o envolvente, também se torna microscópico no recurso a etnografias diversas. É neste balancear entre escalas de análise que reencontramos vários elementos do nosso problema.

Na fase actual, a promoção do local e sua patrimonialização está marcada pelo esbatimento da oposição entre o campo e a cidade. Se aquele foi idolatrado, desde o romantismo, na sua marcação pela diversidade das «culturas», a esta estava associada a «civilização». Da cidade vinha a novidade, o cosmopolitismo, a modernidade, a fusão de heterogeneidades. À maneira unificada de olhar para a História, a partir dos especialistas, já o século XIX, desde os anos 1880 no caso português, acrescentara a visão do notável local, claramente marginalizado na sua produção pelo cosmopolita académico. Mas a fragmentação do conhecimento em campos diversificados, a desintegração do esquema social evolutivo – que colocava a ruralidade numa etapa recuada - numa pletora de culturas que deveriam ser vistas como equivalentes,

conduziu a uma etnicização, como resultado de processos recentes, a que não são alheias a regionalização e as migrações. É neste contexto que podemos integrar o que Daniel Fabre chama “*a actual febre da história*”. Numa fase anterior, a grande narrativa englobante da Nação era privilegiada, enquanto na actualidade o fluxo pode ascender do local ao nacional (Fabre, 2001:25).

Esta visão, que não desdenha, antes promove, a pequena escala, conta com um conjunto de agentes locais para a sua «localização da História». Ao contrário das velhas e desvalorizadas monografias locais, numa perspectiva estatocêntrica, produzidas por um conjunto de notáveis do quadro aldeão ou da cidade de província, ligados frequentemente a outras áreas do conhecimento e da acção – direito, medicina, medicina veterinária, engenharia – estes agentes conjugam os seus conhecimentos com a acção social, possuindo uma experiência profissional relevante e uma ligação ao local. Esta é levada a cabo no seio de associações, de organismos autárquicos, cuja preocupação fundamental é a de mostrar o passado, mais do que investigar a história, que requer mais as emoções que a análise e, como acentua Daniel Fabre, são poucas as encenações históricas que escapam à atracção do «antigamente» como tempo sem duração (Fabre, 2001:33). Através de inventários de preciosidades locais leva-se a cabo a substituição da grande narrativa anterior, num processo de fabricação do passado que é eminentemente político (Bonniol, 2001:191), regulando-se a memória através duma narração do passado que patrimonializa.

Assim, no contexto abordado, a continuidade com o passado foi interrompida, mercê do distanciamento do que unia dentro do espaço rural os que se dedicavam à agricultura e, neste contexto, ao contrabando (Godinho, 1995). Por outro lado, o esvaziamento de gente que se sucedeu às vagas migratórias vem sendo compensado por espaços carregados de identidade, num processo de reprodução de memória sem ancoramento na realidade material. A fronteira que desapareceu ganha, nas relações que gerava enquanto era funcional, uma qualidade patrimonializável. Ao contrário do que consideram os responsáveis pelas propostas para o desenvolvimento regional, os “*fortes laços e a cooperação transfronteiriça que se desenvolveram entre o Norte de Portugal e a Galiza*” não são uma consequência, no contexto estudado das «*fortes acessibilidades existentes*» (DGDR, 2001:38), e pode dizer-se que a invisibilidade da fronteira conduziu, até, a uma atenuação das relações.

O processo de desruralização acelerada é coetâneo de um outro: o da penetração do Estado na região, através nomeadamente da extensão da escolaridade

além dos quatro primeiros anos<sup>25</sup>. A História e o seu ensino, bem como o da língua, desempenham um papel central na afirmação de uma «comunidade imaginada». A «nacionalização», sobrepondo identidades centrais a sociabilidades continuadas, correspondentes a um nível micro-social, é paralela à desruralização, iniciada nos anos de 1950<sup>26</sup>. O abandono da terra – para trabalhar fora ou para estudar – contribuiu para acentuar o processo de nacionalização. Os mais pobres encetaram migrações continentais desde a década de 1960, contribuindo para um fenómeno de identidade nacional na diáspora: quanto mais distanciados do torrão natal, mais intensa a sua recordação e edificação mitificada. Para os que saíram «por cima», seja em migrações transcontinentais para o Brasil, a Argentina, Cuba ou os Estados Unidos, seja pelo desenvolvimento de estudos prolongados fora das povoações de origem, e que levaram a uma fixação exterior às aldeias, o distanciamento em relação ao modo de vida local enfatizou a «nacionalização». É frequente, todavia, que provenham deste grupo os entusiastas da forma patrimonial da cultura de fronteira, promovendo encontros, cursos de verão universitários ou roteiros que a projectem.

O que os distancia, mais uma vez manipulando a plasticidade da fronteira, pode ser exacerbado em momentos-chave, sempre capitalizando essa maleabilidade a favor dos interesses de grupos corporativos – a «casa», a «aldeia». «Nós», os raianos, os «raiotos», servem como construção identitária, à revelia e em resistência à esfera dos estados, replicando num tempo longo o discurso camponês contra a centralidade do poder. Conveniências episódicas, ganhos a maximizar, riscos a minorizar, levam contudo à assunção da diferença como conveniente. A fronteira, como lembra Wateau (1999), contribui para a definição dos grupos. Assim sendo, é essencial à demarcação das identidades.

Como lembra Valcuende del Rio, mais do que a História, é a mitologia criada em torno dela que é fundamental, num processo que se torna legível na actualidade no que concerne à edificação de uma outra «comunidade imaginada», a Europa,

---

<sup>25</sup> A instrução pública, desejada e acarinhada pelos representantes locais, leva a derramas suplementares nas últimas décadas do século XIX, quando o processo de construção das nações está no seu auge. O *Livro de Actas da Junta de Parochia da Freguesia de Vilarelho da Raia*, entre 1882 e 1891, é elucidativo das preocupações da elite local no que concerne ao ensino, “*sendo como está demonstrado, que só por ella [instrução popular] os homens radicarão os sãoos principios de uma moral pura como serão trabalhadores e amantes do seu paiz*” (fl.33, justificando uma nova derrama em 1885).

<sup>26</sup> Em Portugal, atinge-se nos anos 1950 o *plenum* da ocupação do espaço agrícola. Como salienta Fernando Oliveira Baptista, o espaço rural português atingiu então a sua maior expressão

salientando-se nela o que é partilhado «desde sempre» pelos membros desta unidade, que era sobretudo económica (Valcuende del Rio, 1999:219). Também Bellier e Wilson (2000) se interrogam sobre esta construção e sua relação com a edificação da identidade nacional, questionando a forma como a nova consciência europeia atinge no quotidiano todos os que vivem e trabalham na EU. Não são vistos como alternativos os adjectivos «europeu» e «nacional», antes articulados numa multi-identificação (Malmberg e Strath, 2002:6). Indivíduos e comunidades, na linha de fronteira identificam-se com as comunidades intermédias que as envolvem – como a província trasmontana ou a nação sub-estatal galega – sem ainda assim perderem o sentido da diferenciação com as comunidades vizinhas. Entre os sentidos adquiridos, “Europa” traz consigo – salvo no caso das unidades nacionais que se encontram numa situação superior face à média, como se tornou evidente no recente resultado do referendo sueco - uma reputação positiva mas distante, entrelaçada em muitos casos nas memórias da emigração.

### **Bibliografia e sites citados**

- AUGÉ, Marc (1992) *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et al.*(1996) *O Voo do Arado*, Lisboa, IPM/Museu Nacional de Etnologia/Ministério da Cultura.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (no prelo) “Espanha e Portugal, um século de questão agrária”, *Mundo Rural: resistência e transformações na Península Ibérica no século XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- BAROU, Jacques (2000) “Immigrés portugais dans la périphérie de Clermont-Ferrand: refaire la campagne à deux pas de la ville”, Michel Rautenberg *et al* (dir) *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp. 141-151.
- BASTO, Artur de Magalhães (1923) *A Fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de Geografia Política)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BELLIER, Irène; WILSON, Thomas M., ed. (2000) *An Anthropology of the European Union – Building, Imagining and Experiencing the New Europe*, London, Berg
- BENDER, Barbara; WINER, Margot, ed. (2001) *Contested Landscapes – Movement, Exile and Place*, London, Berg.

---

demográfica, que ocupara todo o espaço disponível, não restando incultos por aproveitar (Baptista, 1996)

- BENSA, Alban (2001) “Fièvres d’histoire dans la France Contemporaine”, Alban Bensa e Daniel Fabre (dir.), *Une Histoire à Soi*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp.1-12.
- BOISSEVAIN, Jeremy, dir. (1992) *Revitalizing European Rituals*, London, Routledge.
- BONNIOL, Jean-Luc (2001) «La fabrique du passé. Le Larzac entre mémoire, histoire et patrimoine», Alban Bensa e Daniel Fabre (dir.), *Une Histoire à Soi*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp.169-193.
- BRITO, Joaquim Pais de (1996) *Retrato de aldeia com espelho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CHEVALIER, Denis (2000) “Avant-propos” in Michel Rautenberg *et al* (dir) *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp. IX –XV.
- DIAS, Maria Helena (1999) “Os primórdios da Moderna Cartografia Militar em Portugal: Uma história ainda por contar”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, nº 24, pp. 49-80.
- DIEBOLT, Wanda (2001) “Préface” Alban Bensa e Daniel Fabre (dir.), *Une Histoire à Soi*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp. X-XII.
- DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2001) *A zona de fronteira Portugal- Espanha*, Lisboa.
- FABRE, Daniel (2001) “L’Histoire a changé de lieu”, Alban Bensa e Daniel Fabre (dir.), *Une Histoire à Soi*, Paris, Maison des Sciences de L’Homme, pp.13-41.
- GODINHO, Paula (1993) “O grupo do Juan e a importância da rede social”, *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, Outubro-Dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 571-583.
- (1995) “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”, *A Trabe de Ouro*, Tomo II, Ano VI, Abril-Xuño, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 209-222.
- (1996) “O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia”, *História*, nº 27, Dezembro, 2ª série, ano XVIII, pp. 28-45.
- MALMBORG, Mikael af; STRATH, Bo , ed.(2002) *The Meaning of Europe- Variety and Contention within and among the Nations*, London, Berg.
- MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL /MINISTÉRIO DE FOMENTO (2001) *Observatorio Transfronterizo España/Portugal*, Madrid/Lisboa.
- PRECEDO LEDO, Andrés (1998) Cartografia, in RODRÍGUEZ IGLÉSÍAS, Francisco (dir.) *Galicia*, tomo XXII, A Coruña, Hercules Ediciones.

RAUTENBERG, Michel, *et al.* (2000) *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Ed. Maison des Sciences de L'Homme.

RAUTENBERG, M.; MICOUD, André; BÉRARD, Laurence; MARCHENAY, Philippe (2000) "Introduction – Patrimoine rural et campagne: acteurs et questions d'échelles", Michel Rautenberg *et al*, dir, *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Maison des Sciences de L'Homme, pp. 1-10.

RODRIGUES, Orlando (1996) «A mudança no espaço rural nas zonas marginais : o caso da Terra Fria Transmontana », in Joaquim Pais de Brito *et al.* (dir.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia,/IPM/Ministério da Cultura, pp. 385-395.

SANTOS, Boaventura Sousa, org. (2001) *Globalização, fatalidade ou utopia?*, Porto, Afrontamento.

THIESSE, Anne-Marie (2000) *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.

WOLF, Eric (1999) *Envisioning Power*, Berkeley/Lon Angeles, University of California Press.

[http://cscd-vilarelho.planetaclix.pt/p\\_vilarelho.htm](http://cscd-vilarelho.planetaclix.pt/p_vilarelho.htm)

<http://rabal.4t.com/>

<http://inicia.es/de/oimbra/>